



BARROS: "JUROS ALTOS RETARDAM O CRESCIMENTO ECONÔMICO"

ENTREVISTA / JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS

Hora de baixar os juros

Ricardo Leopoldo

Da equipe do **Correio**

São Paulo — O Brasil deve crescer 1,7% este ano e 2,7% em 2002, impulsionado por alguns fatores positivos. Para José Roberto Mendonça de Barros, ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, a safra agrícola deverá superar os 100 milhões de toneladas de grãos, o racionamento acabará em junho e haverá injeção de recursos públicos na economia, devido às eleições. Além disso, o país está com boa saúde fiscal, será favorecido pela retomada da economia mundial no segundo trimestre e por um ano mais calmo no mercado cambial. Para ele, tudo isso pede uma redução na taxa de juros. "O que mais é preciso para reduzir as taxas reais de dois dígitos?". Para ele, seria razoável se a taxa chegasse a 15% ao final de 2002. O melhor comportamento do câmbio levará o país a superávits comerciais de US\$ 1,5 bilhão neste ano e US\$ 5 bilhões em 2002. Acompanhe a entrevista.

CORREIO BRAZILIENSE — Dados do IBGE mostram que a economia está fraca este ano. Qual é a sua expectativa de crescimento do país para 2002?

JOSÉ ROBERTO MENDONÇA DE BARROS — Em 2001, ficará em 1,7%, depois da economia levar duas pancadas entre maio e setembro - energia e atentados terroristas. Em 2002, haverá recuperação do crescimento, a taxa ficará em 2,7%. O começo do ano será desaquecido e vai melhorando a partir do segundo trimestre em cima de uma capacidade ociosa respeitável. Vários fatores explicam essa melhora.

CORREIO — Quais?

BARROS — Um deles foi o começo normal da temporada de chuvas. É razoável supor que em junho de 2002 será possível acabar com o racionamento de energia. Outro fator é o desempenho da agricultura. Se o clima for razoável, vamos colher uma nova safra recorde, que poderá passar das 100 milhões de toneladas de grãos. O PIB agrícola crescerá pouco mais 4%. Teremos também um ciclo legítimo de gasto público devido às eleições. É legítimo porque há uma série de entes que administraram o orçamento de tal forma que podem iniciar obras neste ano e especialmente em 2002. Isso está dentro da Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal e está financiado com recursos orçamentários.

CORREIO — E do lado externo, o que ajudará na recuperação do PIB?

BARROS — A economia norte-americana melhorará a partir do segundo trimestre. A razão disso é que os juros caíram muito fortemente neste ano (de 6,5% para 2%) num país {os Estados Unidos} que tem crédito. Há também um efeito fiscal enorme. Isso traz duas consequências positivas para o Brasil. Aumenta as nossas exportações e dá um alívio sobre o mercado de crédito. Há o fator petróleo. Com a desaceleração do mundo, a cotação do barril caiu. Para 2002, prevemos uma média próxima a US\$ 21 por barril. Entre janeiro e setembro deste ano, o preço médio ficou em US\$ 25.

CORREIO — Diante desse o cenário mais favorável quando os juros cairão no Brasil?

BARROS — Em dezembro, mais tardar em janeiro. Por cautela, o Copom não baixou as taxas neste mês. O câmbio menos pressionado ajuda. A cotação próxima a R\$ 2,50 parece mais ou menos confortável. A taxa deverá chegar ao final deste ano entre R\$ 2,50 e R\$ 2,60. Para 2002, a cotação média ficará em R\$ 2,65. Com o câmbio atual dá para reduzir juros, o que aumenta a concessão de crédito, algo fundamental para elevar investimentos.

CORREIO — Devido ao medo do governo de um eventual descontrole da inflação, muitos analistas, como o ex-ministro da Fazenda, Delfim Netto, não acreditam que o BC reduzirá as taxas no primeiro trimestre de 2002. Concorda?

BARROS — A inflação está incomodando neste fim de ano. Entendo a advertência do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, ao frisar que não haverá leniência com a inflação. De repente, muda o humor do mercado e estamos numa Suíça. Ele está correto. A situação não está tão tranquila. A inflação em 2001 chegará a 7,2% para 2001. Mas a economia vai melhorar em 2002, o que reduzirá a inflação para 5% ao ano. Com a taxa (de custo de vida) nesse nível, e juros básicos em 19%, os juros reais ficarão acima de 10%. Não há nenhuma razão para uma economia com crescimento modestíssimo, sem pressão de demanda, com bases fiscais sólidas e melhora no balanço de pagamentos tênia uma taxa de juros desse tamanho, que só eleva os custos da dívida pública e retarda o crescimento.